



MINISTÉRIO DA CIDADANIA  
Secretaria Especial de Desenvolvimento Social – SEDS  
Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância – SNAPi  
Departamento de Atenção à Primeira Infância – DAPI

## ORIENTAÇÃO TÉCNICA

### **Utilização do Recurso do Financiamento Federal do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS**

Esta Orientação Técnica destaca alguns aspectos fundamentais da utilização dos recursos do financiamento federal do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS, no âmbito municipal. É primordial a leitura de todas as normativas (anexo) que elucidam sobre o Programa, para a compreensão do processo como um todo e não apenas as partes que o compõem, com foco nos objetivos a serem alcançados.

Considerar-se-ão para este fim, especialmente as normativas abaixo identificadas:

#### **Instrução Operacional nº 01, de 05 de maio de 2017**

Orienta acerca da utilização de recursos do financiamento federal do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, instituído pela Resolução nº 19, de 24 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Assistência Social, e pela Portaria nº 956, de 26 de maio de 2018.

#### **Portaria MC nº 580, de 31 de dezembro de 2020**

Dispõe sobre as transferências de recursos pelo Ministério da Cidadania, na modalidade fundo a fundo, oriundos de emenda parlamentar, de programação orçamentária própria e outros que vierem a ser indicados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e dá outras providências.

#### **Portaria MC nº 24, de 15 de março de 2021**

Estabelece o rol padronizado de veículos, equipamentos e materiais permanentes que podem ser adquiridos com recursos transferidos pelo Ministério da Cidadania.

### **Despesas previstas**

---

É fundamental, para utilização dos recursos do financiamento federal do Programa Criança Feliz valer-se do princípio de coerência e a lógica de justificativa, os quais devem ser aplicados para TODAS as despesas com recursos federais do Programa.

Neste sentido, é importante considerar a pergunta orientadora para cada um dos casos que seja necessário a utilização de recursos: **Quais são os objetivos do Programa Criança Feliz? O objeto da despesa pretendida atende à finalidade e aos objetivos do Programa?** O fundamental é, na justificativa da despesa, estabelecer o elo entre o elemento/item gerador da despesa e as atividades inerentes a execução do Programa Criança Feliz.

As despesas previstas seguem em destaque:

#### **Contratação de Recursos Humanos**

É assegurado o pagamento dos salários dos profissionais que compõem a equipe de referência do Programa:

- ▶ Pagamento de Servidores Públicos Efetivos;
- ▶ Pagamento de Servidores Públicos Comissionados;
- ▶ Pagamento de Servidores Públicos Temporários;
- ▶ Pagamento de Estagiários de Nível Superior; observada a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.
- ▶ Pagamento de Bolsistas por meio de parceria com Universidades.
- ▶ Por meio de Termo de Colaboração: Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC). As especificidades para se contratar as OSCs da Política Assistência Social estão previstas na Resolução CNAS nº 21/2016.

É permitido utilizar o recurso para quaisquer espécies remuneratórias, desde que estejam previstas em lei específica, tais como: vencimentos; vantagens - taxas e variáveis; subsídios; adicionais; gratificações; horas extras; vantagens pessoais e de qualquer natureza; encargos sociais (inclusive as contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência).

Não são permitidas contratações da equipe PCF (coordenador, supervisores e visitantes) por meio da prestação de serviços (rubrica de custeio), como por exemplo: contrato de prestação de serviços pessoa física, RPA, MEI e etc.

#### **Contratação de Serviços de Pessoas Físicas e Jurídicas**

A contratação de prestação de serviços tem a função de atender a serviços auxiliares para execução do Programa.

Alguns exemplos de contratações possíveis:

- ▶ Aquisição ou locação de veículos;
- ▶ Confecção de materiais informativos (fôlderes, painéis, cartazes);
- ▶ Confecção de uniformes e outros materiais de identificação dos profissionais;
- ▶ Realização de eventos (seminários, palestras, oficinas);
- ▶ Realização de capacitações e educação permanente para os profissionais;
- ▶ Contratação de estudos e consultorias para aprimoramento do Programa;
- ▶ Contratação de prestação de serviços de motoristas, tanto como pessoa física, quanto como prestação de serviços pessoa jurídica.

- ▶ Pequenas reformas para adequar o CRAS às equipes contratadas ou, apenas no caso de não haver espaço no CRAS, aluguel de espaço para abrigar a equipe do Programa;

O rateio proporcional das contas de água, luz, telefone, internet, etc. com os demais programas e serviços da assistência social é permitido.

### **Deslocamento das Equipes**

Para o deslocamento das equipes do Programa é possível:

- ▶ Locação de automóveis, embarcações, com ou sem combustível, com ou sem motorista/barqueiro;
- ▶ No caso de veículos ou embarcações próprias do município: combustível, reposição de peças, e outros necessários à sua manutenção e funcionamento são permitidas na sua integralidade, desde que o veículo seja de uso exclusivo do Programa. Caso contrário, deverá ser realizado o rateio com os demais serviços e programas da assistência social.

O pagamento de diárias e passagens para as atividades do Programa é obrigatório.

### **Locação de Equipamentos e Materiais**

Seguem descritos alguns exemplos de gastos com locação:

- ▶ Veículos e embarcações;
- ▶ Computadores;
- ▶ Impressoras;
- ▶ Máquinas copiadoras;
- ▶ Datashow;
- ▶ Telão;
- ▶ Mobiliários.

### **Locação de Imóvel**

Caso o equipamento da assistência social não disponha de espaço físico próprio para instalar a equipe vinculada ao Programa, é admitida a locação de espaço.

É permitido também o aluguel de outros espaços (salas, auditórios) para realização de eventos relacionados ao Programa, como capacitação de profissionais.

### **Conservação e adaptação de bens imóveis próprios**

Na hipótese de o equipamento de assistência social dispor de imóvel para instalação da equipe do Programa que não apresente um bom estado de conservação, admite-se a realização de despesas, tais como:

- ▶ Pinturas;
- ▶ Troca de forro de teto;
- ▶ Troca de portas e janelas;
- ▶ Adaptações visando acessibilidade (rampas, sinalizadores de piso, barras, bacia sanitária e pia para banheiros e outros itens necessários ao acesso fácil de trabalhadores e usuários).

Observa-se que, no caso de recursos oriundos de emenda parlamentar ou de programação orçamentária própria, na modalidade de repasse fundo a fundo da assistência social, não poderão ser destinadas à realização de obras.

### **Materiais de Consumo**

São passíveis de aquisição os bens classificados como bens de consumo, tais como:

- ▶ Papel, lápis, caneta, borracha, grampeador, clips, pastas para arquivo de documentos, cola, envelopes, pasta em L, marcador permanente, furador de papel, extrator de grampos, régua, post it.
- ▶ Chips para telefones dos visitantes realizarem os atendimentos remotos, agendarem as visitas domiciliares etc.
- ▶ Combustível para os automóveis.
- ▶ Protetor solar, guarda-sol e demais itens de proteção para os trabalhadores etc.
- ▶ Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e outros para garantir condições administrativas de saúde e higiene adequadas para a realização das visitas e acompanhamento remoto.

### **Aquisição de equipamentos e materiais permanentes**

A aquisição de equipamentos e materiais permanentes dar-se-á no âmbito do Programa, observada a obrigatoriedade de **vinculação entre a finalidade do recurso de origem e a utilização dos bens**. Portanto, deverá ser averiguada a compatibilidade entre a finalidade do Programa e os veículos, equipamentos e materiais permanentes a serem adquiridos, conforme previsto no artigo 4º e parágrafo único da Portaria nº580, de 31 de dezembro de 2021.

A aquisição, no entanto, fica restrita aos itens da lista disponível no anexo da Portaria nº 24, de 15 de março de 2021, sendo necessária a adequação de cada item e serviço da política de assistência social.

Quando for o caso, também deverá ser observado o rateio do custo, de acordo com o uso, conforme já mencionado anteriormente.

Não é permitida a aquisição de motocicletas e bicicletas com recursos do Programa.

Quando se tratar da aquisição de veículos, deverá ser observada a [Portaria MDS nº 2.600, de 6 de novembro de 2018](#).

## ANEXO - NORMATIVAS DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

### Normatização do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS

<b>Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016</b>	Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.
<b>Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2019</b>	Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências.
<b>Portaria MDS nº 956, de 22 de março de 2018</b>	Dispõe acerca do Programa Criança Feliz no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social.
<b>Portaria MC nº 431, de 06 de março de 2019</b>	Dispõe sobre a adesão do estado ao Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.
<b>Resolução CIT nº 4, de 21 de outubro de 2016</b>	Pactua as ações do Programa Criança Feliz no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, a ser instituído nos termos do §1º do art. 24 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
<b>Resolução CIT nº 5, de 21 de outubro de 2016</b>	Pactua critérios de partilha para o financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz no Sistema Único de Assistência Social para os exercícios de 2016 e 2017.
<b>Resolução CNAS nº 19, de 24 de novembro de 2016</b>	Institui o Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social SUAS, nos termos do §1º do art. 24 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
<b>Resolução CNAS nº 20, de 24 de novembro de 2016</b>	Aprova os critérios de partilha para o financiamento federal do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para os exercícios de 2016 e 2017.
<b>Portaria MC nº 1.217, de 1º de julho de 2019</b>	Dispõe sobre o público prioritário do Programa Criança Feliz.

<b>Portaria MC nº 1.742, de 16 de setembro de 2019</b>	Dispõe sobre os critérios de elegibilidade e a abertura de prazo para adesão ao Programa Criança Feliz/Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social.
<b>Portaria Interministerial nº 01, de 01 de abril de 2018</b>	Estabelece diretrizes, objetivos e competências para a promoção da intersetorialidade, no âmbito do Programa Criança Feliz, e dá outras providências.

#### Regras de gestão e utilização do recurso do financiamento federal

<b>Portaria MDS nº 2.496, de 17 de setembro de 2018</b>	Dispõe sobre o financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, e dá outras providências.
<b>Instrução Operacional FNAS nº 01, de 05 de maio de 2017</b>	Orientações acerca da utilização de recursos do financiamento federal do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, instituído pela Resolução nº 19, de 24 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Assistência Social.
<b>Portaria MC nº 553, de 15 de dezembro de 2020</b>	Revogação do § 1º do art. 3º da Portaria MC nº 366, de 22 de abril de 2020.
<b>Portaria nº 574, de 23 de dezembro de 2020</b>	Dispõe sobre o recebimento dos recursos das parcelas da etapa de Execução Fase II do Programa Criança Feliz, e dá outras providências.
<b>Portaria MC nº 580, de 31 de dezembro de 2020</b>	Dispõe sobre as transferências de recursos pelo Ministério da Cidadania, na modalidade fundo a fundo, oriundos de emenda parlamentar, de programação orçamentária própria e outros que vierem a ser indicados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e dá outras providências.
<b>Portaria MC nº 24, de 14 de março de 2021</b>	Estabelece o rol padronizado de veículos, equipamentos e materiais permanentes que podem ser adquiridos com recursos transferidos pelo Ministério da Cidadania.

### Atuação durante a pandemia do coronavírus (COVID-19)

<b>Portaria MC nº 366, de 22 de abril de 2020</b>	Dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.
<b>Portaria MC nº 7, de 22 de abril de 2020</b>	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para o registro de visitas do Programa Criança Feliz, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, e dá outras providências.
<b>Portaria Conjunta MC nº 01, de 27 de abril de 2020</b>	Aprova recomendações gerais aos gestores, supervisores e visitadores dos estados, municípios e Distrito Federal quanto à execução do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.
<b>Portaria MC nº 590, de 13 de janeiro de 2021</b>	Dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID19), no âmbito do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.
<b>Portaria MC nº 621, de 31 de março de 2021</b>	Prorroga o prazo estabelecido na Portaria MC nº 590, de 13 de janeiro de 2021, que dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID19), no âmbito do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.

Brasília – DF, 21 de junho de 2021.